

Ministérios tentam influenciar Constituinte

Em defesa de verbas, de seu poder normativo e de suas teses, o próprio Governo se mobiliza

Previdência tenta superar as barreiras

Sensibilizar os constituintes sobre as questões de interesse da Previdência Social. Essa é a estratégia do ministro Raphael de Almeida Magalhães para fazer frente aos lobbies montados para barrar algumas propostas que vêm sendo feitas a favor da Previdência. Diariamente, o ministro tem recebido parlamentares no seu gabinete e vem fazendo uma teia de conversações que sua assessoria parlamentar crê que será produtiva.

Paralelo à essa estratégia, o ministério vem reforçando a assessoria parlamentar prevendo o intenso trabalho no ano da Constituinte. Formada por 22 assessores, a Coordenação de Assuntos Parlamentares sofreu uma ligeira reforma visando a reforçar o setor, segundo o chefe de Gabinete do ministro, Rangel Bandeira. "Sem diques e churrascos", costuma dizer Rangel, convencido de que atrair os parlamentares ao gabinete e mostrar os passos que devem ser seguidos para melhorar a Previdência é o melhor lobby que se pode fazer.

REFORMAS

Mas, nesse lobby conta também a atuação política do próprio ministro Raphael que articula com os parlamentares defendendo as ideias de alterar o sistema previdenciário. Está em curso a elaboração da nova Lei Orgânica da Previdência Social que propõe profundas alterações no sistema, desde estabelecer o limite de idade para aposentadoria em 55 anos (que encontra oposição nas centrais sindicais) até mudanças nas fontes de financiamento da Previdência que encontra ferrenha resistência no meio empresarial. O senador Albano Franco, presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), já esteve no ministério e, certamente, ouviu do ministro as mudanças que devem ser introduzidas, e que serão encaminhadas em março para o Congresso Constituinte.

Saúde prevê luta desigual contra lobby

Para enfrentar os fortes lobbies da indústria farmacêutica, dos fabricantes de equipamentos médicos e cirúrgicos e todo o "complexo médico industrial privado", o Ministério da Saúde dispõe de uma tímida assessoria parlamentar. "Será uma luta desigual", prevê o secretário-geral do Ministério, José Alberto Hermógenes, consciente das "forças poderosas" que atuam dentro e fora do Congresso para defender os interesses dos setores lucrativos da área de saúde. Segundo ele, essas forças encontram vozes dentro mesmo do PMDB.

Para fazer frente ao forte lobby organizado para derubar as correntes progressivas do setor de saúde, o Ministério está formando uma comissão com representantes de cada órgão e secretária do Ministério da Saúde para acompanhar os passos da Constituinte. A preocupação é com a estratégia a ser adotada no momento em que os Constituintes receberem o documento com a proposta de Reforma Sanitária no País.

A luta desigual será travada entre os ferrenhos defensores das multinacionais dos medicamentos e do setor hospitalar privado contra os engajados no movimento sanitário. Segundo Hermógenes, alguns políticos engajados no movimento é que farão eco dentro do Congresso Nacional, constituindo o lobby sanitário. Fazem parte dele o ex-ministro Carlos Sant'Anna e líder da maioria, o senador Almir Gabriel (PMDB-PA), Euclides Scalco (PMDB-PA) e Carlos Mosconi (PMDB-MG). Estes, todos médicos, são alguns dos que terão que defender a bandeira da reforma sanitária que fere todos os interesses da "indústria hospitalar", fortemente organizada para preservar seus objetivos lucrativos.

Estamos esperando, afirma Hermógenes, um grande embate político. A Reforma Sanitária parte do princípio de que "Saúde é um direito do cidadão e dever do Estado". Dentro desse princípio, a reforma propõe que o setor contratado seja submetido às mesmas normas do setor público. "Certamente, as indústrias de medicamentos e os produtores de equipamentos que enchem o setor público com aparelhos desnescessários vão esperar".



Sodré acompanha mas não torce. Brossard conversa. Iris se junta aos políticos

Minas e Energia só quer manter função

Segundo orientação do Gabinete Civil da Presidência da República, a assessoria parlamentar do Ministério das Minas e Energia, chefiada pelo jornalista Luis Adolfo Pinheiro, está montando um amplo esquema de apoio e informação aos Constituintes nas áreas de interesse da Pasta.

Estas são muitas e algumas delas capitais para o futuro do Brasil como uma economia próspera e desenvolvida. E o caso, por exemplo, de alguns pontos básicos no setor de mineração.

A mineração tem um grande efeito em qualquer economia, do qual poucos percebem. Praticamente todos os bens industriais que consumimos hoje dependem um pouco da atividade mineral. Seja a comida, que depende da mineração de fertilizantes para adicionar ao solo e elevar a produtividade, sejam as panelas e todos os demais artefatos de metal, até os automóveis, trens, navios, etc., ou ainda os combustíveis como o carvão e o petróleo e, por extensão, toda a indústria petroquímica e de derivados.

Por isso, a mineração é considerada uma indústria primária, ao lado da agricultura e até mesmo mais importante do que ela, pois sem mineração não existiria uma agricultura moderna e produtiva.

Poucos no Brasil têm uma ideia precisa desta importância da mineração para o desenvolvimento nacional. O Brasil é, na verdade, apesar da extensão de seu território, um gigante deitado em berço esplên-

dido. Na mineração o gigante está apenas acordando. Não se levantou. Nossa produção mineral fica muito abaixo das necessidades do país, que depende mais dos bens minerais produzidos no exterior. Em 1974 e hoje se fala das dificuldades com o petróleo, apenas um exemplo.

Assim, o objetivo do Ministério das Minas e Energia na Constituinte é preservar o que existe de bom e procurar aperfeiçoar o que já existe. Dentre os princípios básicos a preservar estão o da dualidade imobiliária do solo e do subsolo, este último sendo explorado sob o regime de concessão, cabendo à União administrar os bens minerais que, no entanto, não pertencem a ninguém de fato. As minas são daqueles que as lavraram e enquanto mantêm a lavra em atividade.

Outros princípios são o da competência privativa da União para legislar sobre Minas e também para tributar os minerais, a manutenção do Imposto Único sobre Minerais, o sistema de participação no proprietário nos resultados da lavra e o direito de prioridade de exploração do subsolo às empresas ou pessoas físicas detentoras dos alvarás de pesquisa.

Além do Ministério, as empresas vinculadas, como a Eletrobrás e a Petrobrás já estão ampliando o número de assessores parlamentares, visando defender elas próprias suas áreas de interesse, como o monopólio estatal do petróleo e do aproveitamento das águas.

Lobby "empurra" a reforma agrária

Através de um convênio com o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) já começou a fazer o seu lobby na Constituinte. Já está circulando um boletim editado pelo CEDEC, intitulado Questão Agrária e Constituinte, cujo primeiro número foi enviado a todos os parlamentares.

Com este boletim, o MIRAD pretende levar suas propostas aos constituintes, bem como a visão de outras entidades, como a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Os pesquisadores e técnicos do DECEC, por outro lado, vão trazer para o MIRAD as propostas dos Constituintes. Mas a proposta oficial do Ministério para a Assembleia Nacional Constituinte só será encaminhada no final de março. O consultor jurídico do MIRAD e o procurador-geral do Inara são os encarregados de elaborar a proposta.

Eles estão debruçados sobretudo no que diz respeito à legislação agrária e os processos de desapropriação. O objetivo é o de fazer um levantamento dos entraves legais que estão emperrando a reforma agrária. Já é nítido que é preciso definir melhor, na

nova Constituição, o chamado uso social da propriedade rural.

A "justa indenização", tratada no artigo 161 da atual Constituição, é outra questão — segundo o Mirad — que também precisa ser melhor definida. Já que alguns juizes interpretam esse artigo como "valor de mercado".

A matéria é contraditória, pois se o governo tiver que implantar a reforma agrária pagando as terras desapropriadas pelo valor de mercado, a reforma será totalmente inviável e transformará o Inara numa verdadeira imobiliária.

Apesar de não ter gabinete no Congresso Nacional, o Mirad não terá muitas dificuldades em defender o lobby da reforma agrária na Constituinte. Isto porque o próprio ministro Dante de Oliveira comandará a articulação na Assembleia.

A principal estratégia para "vender" a reforma agrária aos parlamentares que não estão engajados nesta luta ou aos que se preocupam mais com as questões urbanas já está definida. De acordo com um assessor do Mirad, "a forma mais barata de se incorporar uma pessoa ao mercado de consumo é a reforma agrária. O Brasil tem muita terra ociosa e muita gente ociosa. Basta juntar essas duas coisas".

Sayad: amigos no PMDB

O Ministério do Planejamento, que mantém uma assessoria parlamentar no Congresso com quatro funcionários, manterá a equipe pois considera suficiente para atender às demandas dos constituintes. A assessoria, no entanto, está aperfeiçoando a sua estrutura administrativa, tendo ocupado um espaço físico maior na sede do Ministério, além do local que utiliza no Anexo I do Congresso

com o objetivo de melhorar o atendimento. O trabalho da assessoria parlamentar da Sepian, no entanto, é mais de natureza complementar, pois os contatos de importância são feitos diretamente pelo ministro João Sayad com os parlamentares. Sayad é bem articulado com o PMDB, amigo pessoal do líder Luis Henrique e pelo menos três vezes por semana mantém contato pessoal com Ulysses Guimarães.

Educação quer verba para ajudar crianças

Presidida pelo chefe de gabinete do Ministério da Educação, Osvaldo Della Giustina, a Comissão Educação e Constituinte, instalada recentemente, deverá se reunir pela primeira vez após o carnaval. Contudo, uma série de ações vem sendo desenvolvidas pelo MEC desde 86, tendo como tema central a Educação e a nova Constituição. O assunto foi tema de debates nas Universidades federais que continuam colhendo informações que servirão de subsídios aos constituintes eleitos em novembro do ano passado.

O Ministério, no entanto, ainda não iniciou articulações com os constituintes no Congresso Nacional, nem montou uma estratégia junto ao Legislativo com o objetivo de alcançar suas metas. Porém, o ministro da Educação, Jorge Bornhausen, e o senador João Calmon (PMDB-ES) já defendem juntos mais recursos para a Educação. O ministro e o senador querem ampliar para 30 por cento o total de 13 por cento do orçamento da União hoje destinado ao setor através da Emenda Calmon.

Della Giustina também acha que os recursos atuais destinados à Educação são insuficientes. Ele entende ser necessário encontrar novos mecanismos de in-

vestimento através da nova Constituição. "Um dos caminhos seria viabilizar o acesso das Universidades ao mundo econômico, especialmente aos orçamentos das estatais". O chefe de gabinete do MEC defende a ideia de que os investimentos destinados à educação devem prover de todos os orçamentos, e não apenas do orçamento fiscal.

— Temos que imaginar uma educação voltada para o século XXI, sem deixar de levar em conta a questão do direito universal à educação — afirma Della Giustina. Segundo ele, a democratização da educação, um direito que deve ser estendido a todas as classes sociais, também é uma questão para a Constituinte.

Pensando nisso o MEC instituiu o projeto "Educação e Constituinte", com a finalidade de recolher e sistematizar os subsídios das discussões que vêm se realizando no País. A partir de discussões e fóruns de debates realizados durante o ano de 1986, o Ministério elaborou um primeiro relatório que servirá de subsídio à elaboração do capítulo educação na nova Carta Constitucional.

Entre as conclusões apresentadas destacam-se o princípio de educação como direito de todos e dever do Estado, o direito de to-

dos os brasileiros à educação pública e laica, e a necessidade de mudanças na sistemática de captação e aplicação da contribuição do salário-educação. O documento propõe ainda que o MEC se mobilize para sensibilizar os constituintes para a defesa das propostas apresentadas.

Além do projeto Educação e Constituinte, foi criado um grupo interministerial integrado por representantes dos Ministérios da Educação, Saúde, Trabalho, Previdência, Justiça, Planejamento e Cultura, para estudar a problemática da criança e definir seus direitos na nova Constituição. A partir das discussões realizadas, o Ministério da Educação elaborou um documento inicial sobre a questão, propondo entre outros direitos para as crianças, a gratuidade sem obrigatoriedade da educação pré-escolar, gratuidade obrigatória da educação dos 6 aos 14 anos, e gratuidade da educação especial aos deficientes.

Entre os deputados que participaram da primeira reunião do grupo Criança e Constituintes estão Márcia Kubitschek (PMDB/DF), Irma Passoni (PT/SP), Alcenor Guerra (PFL/PR), além do senador Pompeu de Souza (PMDB/DF).

Sem interesses diretos, Itamarati só acompanha

O Itamarati está aguardando a conclusão do regime interno que vai definir as funções da Constituinte para então montar seu esquema de trabalho preferencialmente vinculado às comissões de Relações Exteriores das duas casas do Congresso. "E que agora, haverá maior parcela de poder que havia antes no Legislativo", raciocina um diplomata envolvido com a atividade parlamentar.

Ao contrário de outros ministérios, o Itamarati não tem nenhum interesse específico em jogo na Constituinte. Nem mesmo o rompimento com a África do Sul, defendido num documento firmado por trezentos políticos, recebeu parecer do Ministério das Relações Exteriores. A proposta entregue ao chanceler Abreu Sodré, na semana passada, foi encaminhada ao presidente José Sarney.

A política externa brasileira é ditada pelo Presidente da República, mas há uma forte expectativa de que o Congresso venha a ter maior participação nos assuntos exter-

nos, já que o País encontra-se em um processo democrático. Uma das queixas dos parlamentares se refere exatamente à falta de autonomia do Congresso em assuntos internacionais. Apenas o Senado Federal tem atribuição de julgar os embaixadores indicados pelo Presidente para os postos no exterior. Os deputados gostariam que esse direito fosse também estendido à Câmara.

Outra questão de relevante importância sobre a presença do Brasil no mundo são os compromissos assumidos pelo País em assuntos internacionais. Pela atual Constituição, o Congresso se limita a aprovar os atos do Executivo que não precisa submetê-los previamente a consideração do Poder Legislativo. Significativa parcela dos constituintes acha que deveriam opinar a respeito dos acordos internacionais antes de sua assinatura pelo Governo.

Apesar dessas restrições, a política externa brasileira foi, talvez, "a única rrea que teve consenso nos últimos vinte anos", observa o chefe da Secretaria de Relações

com o Congresso, embaixador Afonso Celso de Góes Preto. Ministro de segunda classe, Góes Preto foi nomeado há um mês para o cargo, depois de ter sido comissionado embaixador do Brasil na Guiné-Bissau, até 83, e ter cursado, ano passado, a Escola Superior de Guerra.

O setor diplomático encarregado de acompanhar a atividade parlamentar é composto por apenas três diplomatas: o chefe e mais dois assessores. Do chanceler Abreu Sodré, receberam a recomendação expressa para prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelos constituintes.

Além disso, os diplomatas se empenharão para desengavetar tratados e acordos internacionais que estão pendentes no Congresso. Um deles é a Convenção do Direito do Mar, que já foi ratificada pela maioria dos países signatários.

Apesar de não querer fazer nenhuma espécie de "lobby", como garantiu o chanceler Abreu Sodré, o Itamarati vai pleitear maior espaço no Congres-

O ministro Iris Rezende atua em conjunto com a Frente Parlamentar da Agricultura. O Ministério da Reforma Agrária contratou o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea para fazer o seu lobby junto aos constituintes. Na Educação, foi criada uma Comissão para articular apoio em favor da elevação das verbas do setor. Enfim, praticamente todos os Ministérios têm esquemas para acompanhar e influir junto à Assembleia Nacional Constituinte. Alguns

ministros, como Paulo Brossard e Raphael de Almeida Magalhães preferem os contatos diretos com os políticos, dispensando a intermediação de assessores. Se pastas como a de Minas e Energia visam apenas a assegurar sua função normativa e fiscalizadora nas áreas em que atuam, outros, como é o caso do Ministério da Saúde se preparam para enfrentar uma verdadeira guerra contra forças poderosas, sobretudo da indústria.

Iris apóia a Frente

Antes mesmo que fosse instalada a Assembleia Nacional Constituinte, 46 políticos fundaram a Frente Parlamentar para a Agricultura, no início deste ano. Eles pertencem a vários partidos e apoiaram o "Alerta do Campo à Nação", manifestação de protesto dos produtores rurais, realizada dia 12 deste mês, no País inteiro. Pretendem articular a Frente Parlamentar no sentido de, ouvindo as bases ligadas às instituições da área agrícola e pecuária, preparar uma lei agrícola para o Brasil, que confira estabilidade ao setor.

Para a Frente Parlamentar para a Agricultura é prioritária a definição de uma nova estrutura tributária reduzindo os impostos diretos. O grupo pretende pressionar o setor fazendeiro a não admitir a importação de produtos agrícolas sem a prévia audiência do Congresso Nacional. Defende intransigentemente, a instituição do Sistema de Crédito Rural sob a liderança do Banco Nacional de Crédito Cooperativo — BNCC — e o fortalecimento do Ministério da Agricultura.

Nesta Frente estão amigos do ministro Iris Rezende — como Jorge Viana (PMDB-BA), Alyson Paulneil (PFL-MG), Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), Humberto Souto (PFL-MG), Maguito Vilela (PMDB-GO) e José Inácio (PMDB-ES). Peio menos estes nomes estão entre os políticos que mais freqüentam o gabinete do ministro. A Frente deu seu apoio formal a Iris Rezende para que ele possa atuar no Ministério da Agricultura

com a maior desenvoltura política possível e assim tentar resolver os problemas cruciais que afetam o setor.

A atuação desta Frente já começa a surtir efeitos práticos. Foi graças à sua intervenção e também a da Frente Ampla para a Agropecuária, que as negociações entre o ministro Iris Rezende e o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, resultaram em maiores au-

mentos para os preços mínimos, a vigorarem a partir de 1º de março. A proposta inicial do Governo era de um reajuste linear para os produtos básicos da ordem de 26,14 por cento. Depois das negociações, esta semana, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou "ad-referendum" um reajuste médio dos preços mínimos de 32 por cento.

A Frente Parlamentar para a Agricultura é o canal mais forte que o ministro Iris Rezende e o setor agrícola têm para atuar dentro da Constituinte. Antes dela surgir Iris realizou uma reunião com a cúpula do seu Ministério e os presidentes das estatais a ele, vinculadas no sentido de discutir a questão da Constituinte. O encontro aconteceu num sábado, dia 10 de janeiro deste ano mas, acabou mudando de pauta na última hora e servindo para um balanço das atividades de cada setor ligado ao MA em 1986.

A questão da Constituinte não foi esquecida e deverá ser discutida num novo encontro, que deverá acontecer em março, no MA. Iris afirma que respeita a autonomia da Constituinte, mas acha que o setor agrícola: como todos os demais, tem direito e dever de participar dela. Moderado que é, Iris tem a opinião de que as sugestões da agricultura devem estar sintonizadas com as do Governo. Ele defende a tese de que a próxima Constituição deve garantir a aplicação pelo Governo de um percentual, mesmo que mínimo, para investimentos orçamentários no setor agropecuário. Em tempo: os contatos

com os parlamentares ligados à agricultura são feitos numa sala instalada no 14º andar do prédio do Congresso Nacional, fone 2345527. A Frente Parlamentar para a Agricultura já conta hoje com mais de 60 políticos, entre deputados e senadores eleitos, representando todos os estados brasileiros. Esses parlamentares pertencem ao PMDB, PDS, PFL, PL, PDT e PDC.

Brossard joga só

Uma atuação informal, porém constante, com chances de tornar-se mais efetiva devido à crise enfrentada atualmente pelo PMDB no Congresso Nacional. Esta é a posição do Ministério da Justiça, mais propriamente do ministro Paulo Brossard, com relação aos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Além da freqüente troca de visitas, o Departamento de Assuntos Legislativos do ministério está pronto a oferecer qualquer contribuição técnica solicitada por Brossard.

Peio menos uma vez por semana, o ministro da Justiça comparece ao Congresso Nacional e conversa com os parlamentares. A última vez que isto aconteceu foi quarta-feira passada quando, depois de receber a rápida visita em seu gabinete do governador eleito de Pernambuco, Miguel Arraes, Brossard esteve no Congresso conversando com o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) e com os deputados Luiz Henrique, líder do PMDB na Câmara e Carlos Sant'Anna, líder do partido a partir do episódio da não aprovação de Regimento Interno da Constituinte, é provável que Brossard passe a ter uma atuação mais forte junto aos parlamentares que respaldam a posição do ministro antes mesmo da votação.

passo criado a partir da votação do substitutivo do Regimento Interno da Constituinte, que só vai acontecer depois do dia 10 de março. O ministro Paulo Brossard assume integralmente a posição contrária à proposta de soberania da Constituinte sobre a atual Constituição tratada no parágrafo 7º do Artigo 57 do substitutivo sugerido pelo senador Fernando Henrique

Pessoalmente o ministro não comenta a extensão de sua atuação na Constituinte, considerada traça por alguns parlamentares devido ao peso de seu ministério, e limita-se a registrar seus "naturais contatos políticos". "A iniciativa de colaboração com os trabalhos da Constituinte depende de ordem do ministro que até agora não foi solicitada", disse o diretor-geral do Departamento de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça.

Segundo ele, "não existe uma bancada do Ministério da Justiça na Constituinte" mas Brossard conta com parlamentares do PMDB na defesa das posições presidenciais. Com a crise do partido a partir do episódio da não aprovação de Regimento Interno da Constituinte, é provável que Brossard passe a ter uma atuação mais forte junto aos parlamentares que respaldam a posição do ministro antes mesmo da votação.